

Juristas exigem imprensa livre

AGÊNCIA ESTADO

A Constituinte não pode ser secreta e sua legitimidade ficará ameaçada se for aprovado projeto destinado a estabelecer normas preliminares para a Constituinte que prevê a proibição da presença dos jornalistas em plenário, segundo admitiram ontem no Rio os juristas Miguel Reale Júnior e Antônio Evaristo de Moraes Filho e o presidente da ABI — Associação Brasileira de Imprensa, Barbosa Lima Sobrinho.

Reale Júnior foi um dos principais responsáveis pela aprovação da proposta para que a imprensa tivesse liberdade plena durante os trabalhos da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, impedindo, assim, que a proposta do presidente da comissão, Afonso Arinos, hoje senador pelo PFL do Rio de Janeiro, fosse acolhida e os jornalistas não tivessem acesso às reuniões.

O professor Reale Júnior levantou, inclusive, uma questão: como um plebiscito para a consulta popular sobre o texto a ser elaborado pelos membros da comissão teria legitimidade sem uma cobertura livre da imprensa? Ele destacou que a idéia de ser feito um plebiscito ganha força entre os constituintes. E, se for consumada, ele terá “de ser autêntico, não poderá ser, então, dirigido ou manipulado como foi o realizado durante o governo João Goulart, para a con-

sulta sobre parlamentarismo, que o presidente da República pretendia ver revogado”.

A cobertura dos trabalhos da comissão provisória de estudos constitucionais foi, de acordo com Reale Júnior, “de muito bom nível, e contribuiu, na medida em que mostrou as divergências entre os membros da comissão, e com as críticas, para que a própria comissão tivesse uma visão crítica maior, que acabou por beneficiá-la”.

“Os trabalhos da Constituinte só ganham com uma participação direta da imprensa” — disse o professor, que admitiu só poder compreender preocupações com a presença dos jornalistas no plenário da Constituinte por razões relacionadas com o espaço físico, mas que, mesmo assim, não podem impedir a cobertura jornalística.

O jurista ressaltou, entretanto, a posição favorável do presidente da Constituinte e da Câmara, Ulysses Guimarães, a uma ampla cobertura da imprensa dos trabalhos destinados à elaboração da nova Constituição brasileira.

Outro jurista, Evaristo de Moraes Filho, depois de dizer que a Constituinte não pode ser secreta, afirmou que não se pode impedir a cobertura jornalística no plenário, pois “só seria, talvez, cabível discutir a presença de jornalistas em uma reunião técnica dos constituintes,

mas o mais democrático é que ela seja assegurada”.

“A legitimidade dos trabalhos dos constituintes está diretamente relacionada com a credibilidade e a legitimidade. Eles estão confusos. Debocharam muito de nós, da comissão chamada dos ‘notáveis’. Mas nós permitimos a presença dos jornalistas até em reuniões de comitês. Não houve reuniões secretas” — frisou Evaristo de Moraes Filho, que tal como Reale Júnior, não apoiou uma proposta aprovada pela comissão: a que previa o estabelecimento de censura à imprensa durante os períodos de “estado de alarme” (novo nome que a comissão deu ao “estado de emergência” do regime militar) e “estado de sítio”.

O presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Barbosa Lima Sobrinho, disse, ao falar da importância da cobertura livre dos jornalistas durante os trabalhos da Constituinte, que “trabalho no escuro será perigoso”.

O presidente da ABI condenou qualquer restrição à liberdade da imprensa na Constituinte, e observou que “a publicidade que a imprensa fará dos trabalhos será o grande instrumento de credibilidade da própria Constituinte”. E lembrou que para a elaboração da Constituição dos Estados Unidos é que houve sessões secretas, “mas isso aconteceu no século XVIII”.

Os juristas que falaram ontem sobre as primeiras conspirações contra o trabalho da imprensa na Constituinte ressaltaram que vale uma pergunta: a quem interessa tal proposta?

“Fato Concreto”

Para o ex-ministro Delfim Netto, a censura à imprensa não é apenas uma ameaça na Assembléia Nacional Constituinte, mas um fato concreto, e vem sendo largamente praticada com todo o rigor pelo governo. Delfim disse, em Brasília, que o governo da Nova República — expressão que ele pronuncia sempre com uma ponta de ironia — se tem valido de todos os subterfúgios para que os jornais divulguem somente o que lhe é favorável. E o poder sendo exercido em toda a sua plenitude, declarou.

Segundo Delfim, no Brasil estamos vivendo uma espécie de “Estado Novo” moderno. A diferença entre os dois é que o moderno tem muita maquiagem, mas o governo joga duro com a imprensa para fazer valer suas posições. Com o poder econômico que o Estado tem, notou, isso não fica muito difícil na maioria dos casos. E exemplifica com ele mesmo: por determinação do Palácio do Planalto, o programa semanal de análise econômica que mantinha na TV Bandeirantes foi tirado do ar. “Foi um dos ‘favores’ que a empresa teve de fazer ao governo para ter um canal em Brasília” — revelou.